

# Usos e avaliação social do português em Moçambique

## Usage and social assessment of Portuguese in Mozambique

Ermelinda Lúcia Atanásio Mapasse<sup>1</sup>

emapasse@yahoo.com.br

Universidade Pedagógica

**RESUMO** - A partir de pressupostos sociolinguísticos, sobre questões que envolvem variação linguística com implicações diretas no ensino-aprendizagem da língua, o artigo enquadra-se na linha de pesquisa sobre linguagem e práticas sociais. O objetivo é analisar as atitudes linguísticas que os professores de português, com o nível superior de escolaridade, fazem/têm em relação à norma que eles e os seus alunos usam. Quanto ao suporte teórico, a pesquisa toma como referência a distinção dos conceitos de norma culta e norma-padrão; o conceito de norma sociolinguística que permite a sistematização não só do comportamento linguístico, mas também da avaliação social desse comportamento e da convergência de processos de mudança linguística. Do ponto de vista metodológico, foi utilizado como instrumento de recolha de dados um questionário elaborado com base em três categorias: usos do português; aceitação do português; avaliação do grau de competência dos informantes e dos seus estudantes. Os resultados sobre os usos do português revelam diferenças entre o português europeu e o moçambicano, mas que estas manifestam-se mais ao nível semântico e fonológico do que ao nível sintático e morfossintático. Quanto à aceitação do português, a avaliação é positiva, pois concordam com a necessidade de adaptação do português europeu ao contexto moçambicano, através da inclusão, no ensino, das estruturas já consolidadas na fala. Em relação à competência linguística, os informantes avaliam a sua competência como sendo excelente e a dos seus alunos muito fraca, deixando transparecer que competência linguística se limita apenas ao domínio de estruturas gramaticais e não ao desenvolvimento simultâneo de capacidades discursiva, sociolinguística e estratégica no uso da língua.

**Palavras-chave:** norma linguística, variação linguística, avaliação social.

**ABSTRACT** - From sociolinguistic assumptions about issues involving linguistic variations that have direct implications on language teaching and learning, the paper falls on the research line about language and social practices. The objective is to analyse the linguistic attitudes that teachers of Portuguese who hold university degree have towards the norm they and their students use. As far as theoretical support is concerned, the research takes as reference the distinction between the concepts of polite norm and standard norm; the concept of sociolinguistic norm that allows the systematisation of linguistic behaviour, assessment of the linguistic behaviour and convergence of processes of linguistic change. Methodologically, as instrument of data collection, it was used a questionnaire designed on the basis of three categories: uses of Portuguese; acceptance of Portuguese; and assessment of informants' and their students' level of competence. The results related to the uses of Portuguese show that there are differences between European and Mozambican Portuguese, but these differences are more expressed at semantic and phonological level than at syntactic and morphosyntactic level. As far as acceptance of Portuguese is concerned, the assessment is positive, in a way that they agree with the need of adapting European Portuguese to the Mozambican context through inclusion, in teaching, of the structures already consolidated in speaking. In relation to linguistic competences, the informants assess their competence as being excellent and their students' as being weak, reflecting that linguistic competence is only limited to the mastery of grammatical structure but not to a simultaneous development of discursive, sociolinguistic and strategic abilities in language usage.

**Keywords:** linguistic norm, linguistic variation, social assessment.

### Considerações iniciais

Este artigo pretende analisar a avaliação social que os professores de português, com nível de formação superior, fazem/têm em relação ao uso do português em Moçambique. Os dados foram recolhidos através de um questionário, um dos instrumentos de recolha de dados aplicado nos informantes da tese de doutorado em

*Linguística Norma e ensino do português no contexto moçambicano*, cujo objetivo geral é analisar a percepção, a aplicação da norma do português europeu (PE) e a avaliação social que os professores de língua portuguesa (LP), com formação superior, fazem ou têm em relação à norma que eles e os seus alunos usam.

A avaliação social do uso da língua é uma das formas de inferir sobre o sentimento de pertença social

<sup>1</sup> Universidade Pedagógica – Nampula. Avenida Josina Machel, 256, 544, Nampula, Moçambique.

da língua, pois comunidade de fala corresponde a “um *continuum* de graus de pertencimento” (Lucchesi, 2012, p. 48), que engloba os grupos de fala locais até as grandes comunidades linguísticas. E o reconhecimento social sobre os usos da língua pode ser medido pelas reações negativas ou positivas dos falantes da comunidade perante as variáveis linguísticas em situações concretas de interação verbal (Baker, 2006). Ou seja, a avaliação social da variação linguística dá-se pelo prestígio ou não das variáveis.

Em Moçambique, o português é a única língua oficial, por isso o processo de ensino e aprendizagem usa esta língua para o ensino, sendo a norma seguida a do PE. No entanto, apesar do progressivo aumento do universo populacional que tem o português como língua materna (L1), o português é ainda falado pela maioria como língua segunda (L2) num ambiente sociolinguístico caracterizado por um extenso multilinguismo que se traz em dois tipos de contacto linguístico: contacto de línguas e contacto bidialectal (variáveis da mesma língua). Na primeira situação, o reconhecimento dos dois sistemas é claro, porque cada uma das línguas tem funções e valores distintos na economia linguística da comunidade, enquanto na segunda situação, a distinção entre as variedades é menos clara, pois nas sociedades urbanas a “variação de natureza social se sobrepõe à variação funcional” (Bortoni-Ricardo, 1992, p. 56).

Esta situação de multilinguismo coloca um dilema no processo de ensino do português, pois, embora os modelos de língua que se ensinam às crianças na escola tenham como paradigma a norma-padrão do PE, o português falado em Moçambique (PM) está num processo de transformação ideológica. Uma consequência desse processo é que a variação estrutural e lexical veicula novos valores sociossimbólicos típicos da situação política, social, cultural e económica. Muito mais importante ainda é que a estrutura linguística constitui também um dos alicerces na formação de subjetividades e identidades pessoais dos falantes, isto é, características estruturais e retóricas distintas do PE, padrão adotado como língua oficial, traduzem-se na incorporação de inovações que abrangem múltiplas dimensões (Firmino, s.d., p. 15-20).

Fora do contexto escolar, há poucos falantes do português como L1 que possam apoiar a aquisição e uso da norma-padrão ensinada na escola. Os próprios professores fornecem modelos linguísticos, muitas vezes, não consistentes em relação à norma que eles dizem ensinar, mas que não dominam, provavelmente, porque a maior parte deles teve acesso a um *input* do português desenvolvido por falantes não nativos dessa língua.

Este reconhecimento de que as formas de discurso nem sempre são consistentes em relação ao uso prescrito pela norma-padrão do PE conduz imediatamente à ideia de que o discurso dos professores e alunos apresenta “erros”. Porém, uma comunidade linguística não se caracteriza por uma única norma, mas por um conjunto de

regras diversificadas, e essa diversidade está diretamente relacionada com a heterogeneidade que caracteriza a rede de relações sociais que se estabelecem no interior de cada comunidade linguística. Portanto, perante um desvio ou “erro”, é necessário ponderar se o mesmo não terá como base uma “norma” implícita.

Der Walt e Van Rooy (2002, p. 119) referem que a ocorrência de certas variáveis linguísticas, em inconformidade com a norma-padrão no discurso dos falantes, nem sempre significa que existe uma “confusão” na aplicação da norma, pode simbolizar que a norma está mudando, mas que, entretanto, a natureza dessas mudanças ainda não é conhecida.

A situação acima referida levanta igualmente a questão de como a variação linguística pode ser corretamente gerida no contexto moçambicano e que norma(s) do português os aprendentes devem ter em vista – culta(s) ou padrão. Mas afinal o que é norma linguística?

### Norma linguística

O conceito de norma linguística, no sentido básico, refere-se à forma como, habitualmente, uma comunidade usa a língua. Na tradição gramatical, refere-se às regras a serem seguidas no uso da língua. Na Linguística Moderna, refere-se à norma objetiva a ser deduzida através da observação e descrição do uso concreto da língua. As três concepções revelam uma tensão entre uso e prescrição, deixando transparecer que existem impasses teóricos na definição de norma linguística.

A solução para esses impasses pode ser encontrada numa “abordagem da língua capaz de apreender a dialética entre avaliação e uso” (Lucchesi, 2012, p. 29). E o melhor modelo desta abordagem pertence ao quadro teórico da Sociolinguística, cujo objeto de estudo é a comunidade de fala, não tanto pelas semelhanças nos usos que fazem da língua, mas principalmente pelas semelhanças do sistema de juízos de valores, porque os membros da comunidade de fala compartilham as mesmas ideologias linguísticas.

A identificação da comunidade de fala fundamenta-se mais em parâmetros subjetivos (valores partilhados) do que em objetivos (usos comuns). Guy (2000, p. 18) reconhece “características linguísticas compartilhadas” como ponto de partida para a identificação de comunidade de fala, mas refere que o importante é explicar o porquê destas semelhanças no comportamento linguístico. Ou seja, a convergência em torno de um modelo ideal de língua é que identifica uma comunidade de fala.

Esta convergência em torno de um modelo ideal de língua não significa que os usos de língua que os falantes fazem devem ser necessariamente semelhantes, pois estes distribuem-se por um “*continuum* polilectal”, que vai desde os usos linguísticos não padrão até aos usos do padrão linguístico, definido como modelo ideal, necessário à ascensão e prestígio social. Neste

“*continuum* polilectal” é pertinente, para o tema, a distinção dos conceitos norma culta e norma-padrão, que com frequência têm sido usados alternativamente como se fossem sinónimos. A não distinção destas duas expressões tem graves implicações para o ensino da LP, porque existe uma grande distância entre os preceitos normativos e os usos cultos reais. Esta distância torna o ensino da norma-padrão impraticável e disfuncional, para além de favorecer a difusão da desmotivadora cultura do “erro”. Os conceitos norma culta e norma-padrão são duas realidades sociolinguísticas distintas.

O termo norma culta designa “o conjunto de fenómenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas da fala e da escrita” (Faraco, 2008, p. 73). É importante destacar que a norma culta é mais uma variedade da língua, e, por isso, é também heterogênea, porque faz parte da língua em uso por indivíduos historicamente situados, e está longe de cumprir os ideais de correção gramatical. A norma culta faz parte do conjunto de variedades que constituem uma língua, distinguindo-se das outras, apenas, por causa das funções socioculturais específicas que ela cumpre.

Se norma culta é a variedade, norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas um “construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização” (Faraco, 2008, p. 75). Então, o conceito de norma-padrão associa-se à ideia de homogeneidade, uma noção de língua veiculada de forma dissociada de seus determinantes sociais e culturais nas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora ensinada em escolas e a falantes não nativos quando aprendem a língua.

O conceito norma-padrão não se encaixa na análise sociolinguística, pois esta concebe a língua como sistema socialmente heterogêneo, cuja variação linguística está relacionada às alterações dos padrões da componente ideológico-cultural da linguagem. Por isso, o desenvolvimento dos estudos sobre o conceito de norma linguística levou a uma nova formulação que Lucchesi (2012, p. 57) designa de norma sociolinguística. O grande mérito desta nova formulação deve-se ao fato de permitir a sistematização não apenas do comportamento linguístico, mas, sobretudo, do problema dos diversos níveis do sistema de avaliação social que é determinada pelas crenças culturalmente motivadas, cujo fundamento consiste naquilo que foi acordado entre os falantes de uma sociedade, ou seja, a norma sociolinguística combina usos associados à avaliação social e às tendências de mudanças linguísticas.

McGroarty (2001, p. 5) pensa em avaliação social e sustenta que as atitudes linguísticas consistem numa predisposição psicológica subjacente ao agir ou avaliar comportamentos de determinada forma (positiva ou negativa) e que estão ligadas a valores e crenças pessoais e promovem ou desencorajam as escolhas feitas em

qualquer área de atividades, sejam elas académicas ou informais. Esta explicação permite inferir que atitudes linguísticas constituem o produto final da inter-relação entre o conhecimento e os sentimentos acerca de algo ou alguém e da avaliação dessa inter-relação.

Portanto, estudos de atitudes linguísticas podem explicitar os critérios sobre os quais construímos as nossas crenças acerca das variedades linguísticas e de seus falantes, bem como sobre a sociedade e a função da escola.

## O ensino da língua portuguesa em Moçambique

O ensino da LP, em Moçambique, tem-se baseado na estratégia do certo/errado, que toma como referência a norma-padrão do PE, ou seja, os professores concebem a língua como uma unidade estanque, abstrata, uma superestrutura com existência independente das pessoas que a usam, mas a língua, vista nesta perspetiva, nada mais é do que um produto acabado, “depósito inerte, tal como a lava fria de criação linguística abstrativamente construída pelos linguistas com vista à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado” (Bakhtin, 2002, p. 73).

Por isso, o ensino da LP em Moçambique é caracterizado por uma tensão ou conflito entre o preconizado e a prática. Esta limitação só pode ser ultrapassada se a escola recorrer aos estudos sociolinguísticos que “oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima” (Mollica, 2004, p. 13). A escola deve estar apetrechada de programas e materiais de ensino que incorporem dados linguísticos reais que ilustram as propriedades das “normas” locais, que constituem o *continuum* polilectal do Português” (Gonçalves, 2000, p. 9), resultantes da situação de contacto bidialectal.

Por isso, para o ensino devia adotar-se o modelo pluralístico da educação bidialectal (cf. Bortoni-Ricardo, 1992), de forma a garantir que o aluno preserve os hábitos linguísticos típicos do seu grupo primário e, ao mesmo tempo, possa munir-se de recursos linguísticos que o habilitem a usar com eficiência e segurança a variedade de prestígio, norma-padrão.

Portanto, considerando que, no ensino e aprendizagem de língua, os professores e os alunos devem reconhecer a língua e ter a consciência não só das especificidades formais, mas, sobretudo, culturais e contextuais, como sujeitos históricos submersos em experiências de ser e agir através da língua, foi aplicado o questionário de atitude/avaliação social para inferir sobre as atitudes em relação às mudanças linguísticas, o *status*, o prestígio, e as preferências sociais, ou seja, as possibilidades e os problemas da língua portuguesa em Moçambique.

## Construção do questionário

O questionário foi inspirado em outros já realizados sobre atitudes linguísticas, numa perspectiva de sua adaptação para os objetivos da tese, como foi o caso do questionário sobre os usos da língua que Der Walt e Van Rooy (2002) aplicaram no seu estudo sobre a evolução do *Black South African English*, considerado desvio do *South African English*. No referido questionário, tomaram como amostra professores falantes de inglês como L2, solicitando que indicassem o seu modelo preferido de gramática e pronúncia, bem como a sua percepção sobre o modelo por eles usado.

Assim, foi elaborado o questionário (ver Apêndice 1) com base num roteiro de três categorias: (i) uso do português em Moçambique; (ii) aceitação do português em Moçambique; (iii) competência linguística dos informantes e dos seus alunos. Apesar da subdivisão do roteiro em categorias, as declarações das três estão todas inter-relacionadas de forma a permitir uma análise global dos conflitos típicos de qualquer processo de avaliação.

A amostra é constituída por um total de trinta e cinco professores com formação de nível superior a lecionarem a disciplina de LP em nove instituições pré-universitárias e em uma universitária vocacionada à formação de professores na cidade nortenha de Moçambique – Nampula, pressupondo que todos partilham as regras de uso das estruturas linguísticas conforme a norma-padrão do PE.

O questionário apresenta respostas fechadas, com vinte e cinco asserções formuladas numa linguagem clara, de fácil compreensão, com termos técnicos de conhecimento geral para os informantes, pois “Se o questionário é muito pequeno perde-se informação, se é longo pode contribuir para uma elevada taxa de não respostas” (Vilelas, 2009, p. 295).

Para a recolha dos dados foram usadas duas técnicas: A escala de Likert (Likert, 1932) e o Diferencial Semântico. A escala de Likert (Likert, 1932) consistiu em solicitar ao informante respostas a uma série de declarações de 1 a 21, indicando: “Concordo plenamente”, “Concordo parcialmente”, “Não tenho uma opinião formada sobre isso” e “Discordo”. A técnica do Diferencial Semântico consistiu em solicitar ao informante para (a partir de uma série de adjetivos bipolares: *não importante/muito importante* [declarações 22 e 23] e *muito fraco/excelente* [declarações 24 e 25]), indicar o ponto do contínuo entre os extremos que representa a sua atitude, numa escala de 1 a 5.

Para garantir a fiabilidade das respostas, evitou-se a formulação de asserções que sugerissem a resposta esperada, e algumas declarações foram formuladas de diferentes modos ao longo do questionário.

Na primeira categoria, uso do português em Moçambique, foram formuladas asserções referentes ao

PE e ao PM. Para os usos do PE, as asserções estão subdivididas em três grupos: diferenças entre o PE e o PM, comunicabilidade entre os utentes do PE e do PM, e os contextos de uso.

As asserções, para os usos do PM, estão organizadas num grupo só: consolidação e contextos de uso do PM. Nesta categoria, as declarações 1, 2 e 3 têm o mesmo objetivo, inferir sobre as diferenças entre o PE e o PM, mas foram formuladas de modos diferentes e colocadas ao longo do questionário com os números 4, 8 e 12 respetivamente. O mesmo acontece com as declarações 6, 7, 8 e 9 referentes aos contextos de uso do PE em Moçambique. Foram colocadas ao longo do questionário com os números 6, 15, 17 e 20 respetivamente.

No Quadro 1, apresentam-se as asserções formuladas em cada um dos grupos da categoria (i).

Na segunda categoria, aceitação do português em Moçambique, as asserções estão subdivididas em cinco grupos: *status* do PE, existência do PM, adaptação do PE em Moçambique, aceitação do PE na fala e escrita, e aceitação da pronúncia “afinada” do PM. Nesta categoria, as asserções 4, 5 e 6, relativas à existência do PM, foram formuladas de modos diferentes e colocadas ao longo do questionário com os números 3, 10 e 16. As asserções 7, 8 e 9, relativas à necessidade de adaptação do PE ao contexto moçambicano, foram formuladas de modo diferente e colocadas ao longo do questionário com os números 9, 13 e 21.

No Quadro 2, apresentam-se as asserções formuladas em cada um dos grupos da categoria (ii).

Na terceira categoria, competência linguística, foram formuladas duas asserções: competência linguística dos informantes e competência linguística dos seus alunos. No Quadro 3, apresentam-se as duas asserções.

## Resultados do questionário

Os resultados estão organizados com base nas três categorias definidas para a elaboração do questionário. As declarações em que os informantes assinalaram a alternativa de resposta “Sem opinião” foram interpretados como “sinal de dúvida” sobre as mudanças linguísticas em curso no português em Moçambique. As declarações em que os informantes não assinalaram nenhuma alternativa de resposta foram consideradas nulas.

### Uso do português em Moçambique

#### Usos do PE em Moçambique

Os resultados sobre a asserção relativa às diferenças entre a norma-padrão do PE e a variedade culta do PM revelam que os informantes têm consciência e percepção da existência de diferenças entre o PE e o PM (91%), entretanto, avaliam que essas diferenças manifestam-se

**Quadro 1.** Declarações sobre uso do português em Moçambique.**Chart 1.** Statement on the use of Portuguese in Mozambique.

Uso do português em Moçambique		
Usos do PE	Diferenças entre o PE e o PM	1. Há diferenças entre o português que se usa em Moçambique e o PE.
		2. As maiores diferenças entre o português que se usa em Moçambique e o PE estão no vocabulário e na pronúncia.
		3. Na estrutura da frase, as diferenças entre o português que se usa em Moçambique e o PE são poucas.
	Comunicabilidade entre os utentes do PE e o PM	4. Os falantes de PM comunicam sem dificuldade com os falantes do PE.
		5. Em Moçambique, a norma do PE é a mais usada pelos falantes com escolaridade superior completa.
	Contextos de uso do PE	6. Em Moçambique, os falantes com escolaridade superior completa usam a norma do PE só na escrita.
		7. Nas escolas moçambicanas, os professores usam a norma do PE.
		8. Nas minhas atividades de ensino, uso a norma do PE.
		9. Uso a norma do PE em todas as situações.
Usos do PM	Consolidação e contextos de uso do PM	10. Na estrutura da frase, algumas construções tipicamente moçambicanas já estão bem consolidadas na fala.
		11. Nos meios de comunicação (rádio e TV) de Moçambique, o português que se usa afasta-se da norma do PE.
		12. Nas minhas atividades, fora da escola, raramente uso o PE.

**Quadro 2.** Declarações sobre a aceitação do português em Moçambique.**Chart 2.** Statement on the acceptance of Portuguese in Mozambique.

Aceitação do português em Moçambique	
Status do PE	1. Moçambique é um país multilíngue.
	2. O português é uma das línguas moçambicanas.
	3. Para comunicar é indiferente usar o PM ou o PE.
	4. Existe um PB [português brasileiro], mas não existe um PM.
Existência do PM	5. Considerando as diferenças de pronúncia, vocabulário e estrutura da frase, pode-se afirmar que já existe um PM.
	6. Considero o PM uma variedade distinta do PE e do PB.
Adaptação do PE em Moçambique	7. As construções tipicamente moçambicanas e já consolidadas na fala devem ser integradas no ensino.
	8. Considero as características gramaticais do PM plenamente aceitáveis.
	9. A norma do PE deve ser adaptada ao contexto moçambicano.
Aceitação do PE na fala e escrita	10a. Considero o uso da norma do PE na fala não importante ou muito importante.
	10b. Considero o uso da norma do PE na escrita não importante ou importante.
Aceitação da pronúncia “afinada” do PM	11. Considero a pronúncia “afinada” do português não importante ou muito importante.



**Quadro 3.** Declaração sobre a competência linguística.**Chart 3.** Statements on linguistic competence.

Competência linguística dos informantes e dos seus alunos		
Competência linguística	Dos informantes	1. Considero a minha competência na norma do PE: muito fraca ou excelente.
	Dos seus alunos	2. Considero a competência (média) dos meus alunos na norma do PE: muito fraca ou excelente.

mais ao nível do vocabulário e da pronúncia (75%) do que ao nível da estrutura da frase (63%), conforme ilustram os dados da Tabela 1.

Esta avaliação segundo a qual as diferenças ao nível da estrutura da frase são poucas deve-se provavelmente ao não reconhecimento da natureza dos traços linguísticos específicos do PM.

Este não reconhecimento pode levar a que, nas salas de aula, a transição entre as variantes não padrão dos alunos e a norma-padrão do PE não aconteça, porque o professor não vai tomar em consideração as variedades dos alunos como base para tal transição, incorrendo no risco de favorecer a difusão da desmotivadora cultura do “erro”. Nas declarações 8 e 12, respetivamente, 8% e 17% assumem não ter opinião. Um informante, na declaração

12, não assinalou nenhuma das alternativas dadas, o que corresponde a 3%.

No ensino-aprendizagem de língua, os professores e os alunos devem reconhecer a língua e ter a consciência não só das especificidades formais, mas, sobretudo, culturais e contextuais, como sujeitos históricos submersos em experiências de ser e agir através da língua.

Nos resultados referentes à comunicabilidade entre os falantes do PE e do PM, 71% avaliam que não há dificuldade, confirmando assim a comunicabilidade que caracteriza as variedades de uma mesma língua.

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados referentes a comunicabilidade e utentes do PE.

Entretanto, fazendo uma comparação entre os resultados da declaração 11 (83%) e os da declaração 12

**Tabela 1.** Diferenças entre o PE e o PM.**Table 1.** Differences between EP and MP.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
4. Há diferenças entre o português que se usa em Moçambique e o PE.	91%	9%	0%
8. As maiores diferenças entre o português que se usa em Moçambique e o PE estão no vocabulário e na pronúncia.	75%	14%	8%
12. Na estrutura da frase, as diferenças entre o português que se usa em Moçambique e o PE são poucas.	63%	20%	17%

**Tabela 2.** Comunicabilidade e utentes do PE.**Table 2.** Communicability and EP users.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
7. Os falantes do PM comunicam sem dificuldade com os falantes do PE.	71%	23%	3%
11. Em Moçambique, a norma do PE é a mais usada pelos falantes com escolaridade superior completa.	83%	11%	6%

(63%), nota-se um conflito (confirmado nos resultados do Teste de Gramaticalidade, em que os informantes não reconheceram a maior parte (51%) das estruturas típicas do PM e excluídas pela norma-padrão do PE), porque se os informantes têm formação de nível superior é suposto terem conhecimento de que as diferenças estruturais entre o PE e o PM são muitas.

Os informantes avaliam que o nível superior é a condição bastante para o uso da norma-padrão do PE, talvez porque têm consciência de que, em Moçambique, o nível de escolarização é relevante para se ter acesso ao uso da norma-padrão do PE (Moreno e Tuzine, 1997, p. 68). Mas este “ter acesso ao uso do português padrão” é apenas para servir de referência da língua, porque se revela necessário à ascensão e prestígio social dos indivíduos.

Os usos reais da língua são um “*continuum* polilectal”, composto por uma ampla variedade de traços gramaticais que oscilam entre um extremo muito próximo da norma-padrão do PE e outro extremo, em que são mais frequentes e sistemáticos os traços linguísticos específicos do PM, dentre eles os traços da norma culta, também heterogênea como qualquer variedade de língua. Portanto, a distinção dos conceitos de norma-padrão e norma culta não está muito clara nos informantes. Na declaração 7 e 11,3% e 6% respectivamente não têm opinião. Um informante, na declaração 7, não assinalou nenhuma das alternativas de resposta dadas, o que corresponde a 3%.

Em relação ao uso da norma-padrão do PE em Moçambique, na última fase, pediu-se a opinião sobre quatro declarações relativas aos seus contextos de uso. Na Tabela 3, apresentam-se os resultados referentes aos contextos de uso do PE.

A partir dos resultados referentes aos contextos de uso da norma-padrão do PE em Moçambique, pode-se concluir que há uma idealização de que a norma do PE é restrita a certas situações, como é o caso da escrita (83%) e do ensino-aprendizagem (80% e 97%). Mas, em relação ao uso da norma do PE em todos os contextos (declaração 20), os resultados denotam claramente uma divisão de

opinião, pois 48% concordam, contra 43% que discordam. Estes dados, quando comparados com os da declaração 6 em que 83% concordaram que o uso da norma do PE é só na escrita, revelam uma contradição. Nas declarações 6, 15 e 20, 11% 14%, 43% dos informantes discordam. Nas declarações 6, 15 e 20, 6% dos informantes, em cada uma das declarações, assumiram não ter nenhuma opinião. Nas declarações 17 e 20, os informantes 19 e 7 não assinalaram nenhuma das alternativas dadas, o que corresponde a 3%.

### **Usos da variedade culta do PM em Moçambique**

Em relação ao uso da variedade culta do PM em Moçambique, pediu-se opinião sobre três declarações relativas à consolidação do PM e aos seus respectivos contextos de uso. Na Tabela 4, apresentam-se os resultados referentes a consolidação e contextos de uso do PM.

A partir dos resultados referentes a consolidação e contextos de uso da variedade culta do PM, pode-se concluir que os informantes associam os usos da variedade culta do PM a situações informais de oralidade (91% e 61%) e a norma-padrão do PE ao registo escrito, único que exige uma maior escala de formalidade linguística entre os que lidam com a cultura da escrita, o que não constitui a verdade, pois a oralidade tal como a escrita é relevante para a inserção do aluno no meio social. Fazendo um confronto entre os resultados da declaração 20, em que 48% assumem que usam a norma do PE em todas as situações, e os resultados da declaração 18, em que 61% assumem que, raramente, fora do contexto escolar usam a norma do PE, revela-se a existência de um conflito, ou seja, parece que os informantes não distinguem com clareza os traços linguísticos do PM dos da norma-padrão do PE nos usos que fazem do português, ou não têm percepção de que as línguas assumem diferentes funções linguísticas e graus de importância de acordo com os contextos. Os informantes assumem

**Tabela 3.** Contextos de uso do PE.

**Table 3.** EP contexts of use.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
6. Em Moçambique, os falantes com escolaridade superior completa usam a norma do PE só na escrita.	83%	11%	6%
15. Nas escolas moçambicanas, os professores usam a norma do PE.	80%	14%	6%
17. Nas minhas atividades de ensino, uso a norma do PE.	97%	-	-
20. Uso a norma do PE em todas as situações.	48%	43%	6%

**Tabela 4.** Consolidação e contextos de uso do PM.**Table 4.** Consolidation and MP contexts of use.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
5. Na estrutura da frase, algumas construções tipicamente moçambicanas já estão bem consolidadas na fala.	91%	6%	3%
14. Nos meios de comunicação (rádio e TV) de Moçambique, o português que se usa afasta-se da norma do PE.	65%	31%	3%
18. Nas minhas atividades, fora da escola, raramente uso o PE.	61%	26%	3%

também que os usos linguísticos veiculados nos meios de comunicação social (65%) se afastam da norma-padrão do PE, confirmando os resultados da declaração 4, em que assumem (91%) que há diferenças entre o PE e o PM. Porém, revelam uma contradição em relação à declaração 12, porque 63% dos informantes avaliam que as diferenças estruturais são poucas. Denota-se, a partir dos resultados, a idealização da norma-padrão em detrimento da norma culta, realçando assim a urgência ou necessidade da legalização da norma-padrão do PM. Entretanto, para tal, deve-se, em princípio, desenvolver estudos para a descrição dos reais usos veiculados pelos *media*. Nas declarações 5, 14 e 18, respectivamente, 6%, 31% e 26% dos informantes discordam. Tanto na declaração 5 como na 14,3% não têm opinião.

### Aceitação do português em Moçambique

Partindo do pressuposto segundo o qual uma comunidade de fala converge em torno de um modelo ideal de língua que se traduz em semelhanças no sistema de juízos de valores, as atitudes linguísticas sobre a aceitação do português em Moçambique são aferidas a partir de declarações referentes ao *status* conferido ao português, a aceitação da existência do PM, a pronúncia e a possibilidade de adaptação do PE ao contexto moçambicano.

### O status do português em Moçambique

Em relação à aceitação do português em Moçambique, pediu-se, primeiro, a opinião sobre três declarações relativas ao seu *status*. Na Tabela 5, apresentam-se os resultados relativos ao *status* do português em Moçambique.

Os resultados referentes ao *status* do português revelam que os informantes reconhecem Moçambique como um país multilíngue (97%) e compartilham a ideia segundo a qual o português já é uma das línguas do cenário multilíngue que caracteriza o país e não mais uma língua exógena para a realidade sociocultural moçambicana (68%). É através da língua portuguesa que Moçambique tem uma voz cada vez maior no contexto mundial, com a expansão e crescimento da sua economia, com a verificação de um aumento da imigração, com a sua presença na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, União Africana, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, entre outros organismos. Firmino (2005, p. 138-140) destaca que, desde o período colonial, a aquisição da língua portuguesa, pelas populações africanas, esteve sempre associado ao prestígio e à ascensão social e enfatiza que esta associação ao prestígio foi reforçada com a proclamação da independência, quando foi declarada língua oficial – língua de unidade nacional. Os informantes compartilham de forma positiva que, na comunicação,

**Tabela 5.** O status do português em Moçambique.**Table 5.** The status of Portuguese in Mozambique.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
1. Moçambique é um país multilíngue.	97%	3%	-
2. O português é uma das línguas moçambicanas.	68%	26%	3%
19. Para comunicar é indiferente usar o PM ou o PE.	74%	20%	6%



é indiferente usar o PM ou o PE (74%). Esta atitude linguística compartilhada aponta para uma hipótese de associação: junção das regras do PE com os usos reais do PM, no ensino da LP em Moçambique. Os resultados das declarações 1, 2 e 19 revelam que 3%, 26% e 20% dos informantes discordam. Nas declarações 2 e 19, 3% e 6% não têm opinião. Um informante não assinalou nenhuma das alternativas de resposta dadas, o que corresponde a 3%.

### Aceitação da existência da variedade do PM

Pediu-se, em seguida, a opinião sobre três declarações relativas à aceitação da existência do Português em Moçambique. Na Tabela 6, apresentam-se os resultados referentes à existência do PM.

Quanto à aceitação da existência do PM, os dados parecem indicar que não há uma convergência na partilha do sistema de juízos de valores relativos à aceitabilidade das variações linguísticas que fogem à norma-padrão do PE, porque ora reconhecem a existência do PM, ora não. Por exemplo, na declaração 3, reconhecem a existência do PB (85%), mas não concordam que exista um PM. Em seguida, nas declarações 10 e 16, contradizem-se, quando 69% e 77% concordam, considerando as diferenças de pronúncia, vocabulário e estrutura da frase, que o PM existe e que é distinto do PB. Estas hesitações demonstram

que os informantes ainda não têm a plena consciência das mudanças em curso no português em Moçambique. A não convergência no sistema de juízos de valor em relação à aceitação da existência do PM pode significar que os fenómenos linguísticos ainda não estão estabilizados, e, por isso, ainda não são do domínio dos informantes, ou que estes associam o reconhecimento de uma variedade de língua ao processo de padronização. Como a variedade do PM ainda está padronizada, tal como o PE e o PB, então é avaliada, simultaneamente, como existente e não existente. Nas declarações 3, 10 e 16, 3%, 20% e 17% discordam; nas declarações 3, 10 e 16, 6%, 11% e 6% não têm opinião. Na declaração 3, dois informantes não assinalaram nenhuma das alternativas de respostas dadas, o que corresponde a 6%.

### Adaptação do PE ao contexto moçambicano

Em relação à aceitação do português em Moçambique, pediu-se, em terceiro lugar, a opinião dos participantes sobre três declarações relativas à possibilidade de adaptação do PE ao contexto moçambicano. Na Tabela 7, apresentam-se os resultados referentes à adaptação do PE ao contexto moçambicano.

A atitude dos informantes em relação à possibilidade de adaptação da norma-padrão do PE ao contexto

**Tabela 6.** Existência do PM.

**Table 6.** PM Existence.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
3. Existe um PB, mas não existe um PM.	85%	3%	6%
10. Considerando as diferenças de pronúncia, vocabulário e estrutura da frase, pode-se afirmar que já existe um PM.	69%	20%	11%
16. Considero o PM uma variedade distinta do PE e do PB.	77%	17%	6%

**Tabela 7.** Adaptação do PE ao contexto moçambicano.

**Table 7.** EP Adaptation to the Mozambican context.

Declarações	Concordo	Discordo	Sem opinião
9. As construções tipicamente moçambicanas e já consolidadas na fala devem ser integradas no ensino.	80%	17%	3%
13. Considero as características gramaticais do PM plenamente aceitáveis.	65%	20%	15%
21. A norma do PE deve ser adaptada ao contexto moçambicano.	85%	12%	3%

moçambicano é positiva (85%) e, caso se decida pela implementação de uma pedagogia de ensino bidialectal (cf. Bortoni-Ricardo, 1992) que permita aos estudantes lidar com uma ampla variedade de formas e funções linguísticas, orais e escritas, incluindo as da norma-padrão do PE, as condições são favoráveis, pois a avaliação social é factor determinante para a aceitação ou não entre os elementos que constituem um grupo social. Mas esta convergência do sistema de juízos de valor, em relação à adaptação do PE ao contexto moçambicano, parece revelar novamente uma contradição, porque, nos resultados referentes a consolidação e contextos de uso da variedade culta do PM (declarações 5 e 18), ficou claro que os informantes associam os usos da variedade culta do PM a situações de oralidade menos formais, e a norma-padrão do PE ao ensino-aprendizagem e ao registro escrito. Nas declarações 9, 13 e 21, 17%, 20% e 12% discordam. Nas declarações 9, 13 e 21, 3%, 15% e 3% não têm opinião.

### Grau de aceitação do PE na fala e na escrita

Em relação à aceitação do português em Moçambique, pediu-se, em quarto lugar, a opinião sobre uma declaração relativa ao grau de aceitação da norma-padrão do PE na fala e na escrita, e que exprimissem essa opinião numa escala de 1 a 5, em que 1 representa *não importante* e 5  *muito importante*. Na Tabela 8, apresentam-se os resultados referentes à aceitação do PE na fala e na escrita.

Os resultados parecem mostrar que os informantes dão importância maior ao uso da norma-padrão na escrita do que na fala, pois 83% deles colocam-se entre os pontos 4 e 5. Três informantes não assinalaram nenhuma escala relativa à importância da norma-padrão do PE na escrita, o que corresponde a 7%. Quanto à fala, a maior percentagem é 26% e situam-se no ponto 3, valor médio da escala, seguindo-se depois 25% dos informantes situados entre os pontos 1 e 2, revelando, assim, que consideram que o uso da norma-padrão do PE na fala não é importante, contra 23%, que se situam entre os pontos 4 e 5, que consideram muito importante o uso da norma-padrão do PE na fala. Nove informantes não assinalaram nenhuma escala relativa à importância da norma-padrão do PE na fala, o que corresponde a 26%.

**Tabela 8.** Aceitação do PE na fala e na escrita.

**Table 8.** Acceptance of EP in speaking and writing.

Declaração		Escala				
		1	2	3	4	5
22. Considero o uso da norma do PE na:	Fala	11%	14%	26%	3%	20%
	Escrita	3%	3%	3%	14%	69%

Os resultados confirmam que a norma-padrão do PE, em Moçambique, é associada ao registro escrito, considerado único lugar do bom uso da língua entre os que lidam com a cultura da escrita, enquanto a fala é tomada como o lugar do “erro” e do caos gramatical. Mas esta perspectiva deve ser repensada. A escola tem a responsabilidade de dar acesso a usos da língua mais formalizados e convencionais, para apoiar o desenvolvimento de competências para o uso de diferentes tipos discursivos que vão apoiar a aprendizagem escolar da LP e de outras áreas e, por consequência, ser aplicados na vida social tendo em conta a importância que o domínio da palavra tem no exercício da cidadania. Tanto a língua escrita quanto a língua falada pertencem a um mesmo sistema linguístico e destinam-se à interação verbal, possuindo um determinado fim comunicativo. Em relação ao uso da norma do PE, os dados podem levar a concluir que os informantes não têm tanta certeza sobre o uso ou não da norma-padrão do PE em situações de fala, porém, ambas apresentam-se sob variadas formas e gêneros textuais, que irão depender da situação sociocomunicativa na qual o falante/escritor está inserido e de suas intenções. Desse modo, fala e escrita encontram-se em um *continuum* que abrange diversos gêneros de texto. Portanto, nas relações entre língua escrita e língua falada, é pertinente levar em consideração as condições de produção, que são diferentes em cada modalidade da língua.

### Grau de aceitação da pronúncia “afinada” do PE

Em relação à aceitação do português em Moçambique, pediu-se, em quinto lugar, a opinião sobre uma declaração relativa ao grau de aceitação da pronúncia “afinada” do PE, a ser expressa numa escala de 1 a 5, em que 1 representa *não importante* e 5  *muito importante*.

Entenda-se por pronúncia “afinada” uma forma de falar o português como um falante nativo – sotaque português (Firmino, 2005). Na Tabela 9, apresentam-se os resultados relativos à aceitação da pronúncia “afinada” do português.

Os resultados mostram que há uma convergência do sistema de juízos de valor em relação à importância que os informantes dão à pronúncia “afinada” do PE, pois 52% dos informantes colocam-se entre os pontos 1 a 2, contra

**Tabela 9.** Aceitação da pronúncia “afinada” do português.  
**Table 9.** Acceptance of native sounding pronunciation of Portuguese.

Declaração	Escala				
	1	2	3	4	5
23. Considero a pronúncia “afinada” do português:	43%	9%	14%	14%	6%

20% dos informantes situados entre os pontos 4 e 5, que consideram muito importante a pronúncia “afinada” do PE. Cinco informantes não assinalaram nenhuma escala de pontuação, o que corresponde a 14%.

A atitude dos informantes em relação à pronúncia “afinada” do PE é negativa e confirma o resultado de Firmino (2005), no seu estudo sobre as atitudes linguísticas, que concluiu que a pronúncia “afinada” do português está ou é associada à negação da moçambicanidade.

### Avaliação do grau de competência linguística

Em relação à avaliação do grau de competência linguística, pediu-se a opinião sobre duas declarações relativas à competência dos informantes e dos alunos, a ser expressa numa escala de 1 a 5, em que 1 representa *muito fraco* e 5 *excelente*. Na Tabela 10, apresentam-se os resultados referentes ao grau de competência linguística.

Os resultados mostram que os informantes avaliam a sua competência como sendo excelente, pois 68% colocam-se entre os pontos 4 a 5, contra 23% que se situam no ponto 3, valor médio da escala. Em relação à competência dos alunos, 60%, situados entre os pontos 1 e 2, avaliam a competência dos seus alunos como sendo muito fraca, contra 23% que se situam no ponto 3, valor médio da escala. Um informante não assinalou nenhum dos pontos da escala fornecida, o que corresponde a 3%. Estes resultados parecem conduzir a ideia de que esta competência restringe-se apenas ao domínio das regras gramaticais da norma-padrão do PE. Mas a noção de competência comunicativa, do ponto de vista de ensino-aprendizagem, prende-se com o domínio de capacidades discursiva, sociolinguística e estratégica para fazer o uso da língua. Deste modo, quando se ensina uma língua numa perspectiva de ensino de língua como comunicação, é

necessário proporcionar aos aprendentes “oportunidades para desenvolverem estratégias de interpretação e uso da linguagem tal como é usada realmente” (Zimmerman, 1997, p. 14). O desenvolvimento da competência comunicativa está dependente da adoção de metodologias de ensino de línguas ajustadas ao contexto concreto do ato comunicativo e às necessidades específicas dos aprendentes.

### Considerações finais

A avaliação social acerca dos usos da norma-padrão do PE e do PM revela que os informantes têm a mesma percepção em relação à existência de diferenças entre as duas variedades e que estas manifestam-se mais ao nível do vocabulário e da pronúncia do que ao nível da sintaxe e da morfossintaxe.

A avaliação relativa aos usos do português parece revelar, de forma geral, uma atitude de intolerância à possibilidade de, no discurso, ocorrerem usos linguísticos não convergentes com a norma-padrão do PE. Esta atitude de intolerância pode ser resultado do mau uso do conceito de “norma-padrão”, norma prescrita pela Tradição Gramatical, que leva a uma idealização de língua que não se encaixa nos princípios da sociolinguística, que toma a língua como um conjunto de variedades, entre elas a variedade culta.

“Ter acesso ao uso da norma-padrão do PE” é entendido como significando que os fenômenos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais formais de fala e escrita correspondem ou devem corresponder à norma-padrão do PE. Norma-padrão é uma idealização que não distingue o que se usa com o que se quer impor. Há, nesse processo, uma manipulação do uso a favor do que se quer impor. Por isso, justifica-se a necessidade de se distinguir norma culta da norma-padrão, no ensino da língua portuguesa em Moçambique.

**Tabela 10.** Grau de competência linguística.  
**Table 10.** Level of language skills.

Declaração	Escala				
	1	2	3	4	5
24. Considero a minha competência na norma do PE:	3%	3%	23%	37%	31%
25. Considero a competência (média) dos meus alunos na norma do PE:	34%	26%	23%	14%	3%

Quanto aos contextos de uso das duas variedades (PE e PM), os dados revelam que a norma-padrão do PE é consagrada a situações com maior grau de formalidade linguística, como são, entre outros casos, a escrita e o ensino-aprendizagem, enquanto o PM é relegado a situações de oralidade, deixando transparecer que a oralidade é deixada de lado, o que por sua vez gera distorções e preconceitos envolvendo a variação linguística falada pelos alunos em contraste com a norma-padrão do PE. Porém, tanto a oralidade como a escrita são relevantes para a inserção do aluno no meio social.

Os resultados referentes à aceitação do PM, apesar de uma certa hesitação, revelam uma convergência nos juízos de valor sobre a existência do PM. Essa hesitação pode ser indício de dois aspetos, a saber: (i) o reconhecimento de uma variedade de língua é associado ao processo de padronização, isto é, o PM deveria ser transformado em meio legitimado de comunicação, tal como o PE e o PB; (ii) a formação da variedade culta do PM está na fase de libertação e expansão e, por isso, os informantes ainda não têm a plena consciência da variação e das mudanças em curso. Mas, apesar dos indícios acima descritos, tomando em consideração as diferenças de pronúncia, vocabulário e estrutura da frase, reconhece-se a existência do PM, distinto do PE e do PB, e assume-se uma atitude positiva quanto à possibilidade de adaptação da norma-padrão do PE ao contexto moçambicano. Esta aceitação de adaptação do PE ao contexto moçambicano induz a formulação de uma hipótese de associação: a junção das regras da norma-padrão do PE com os usos reais do português em Moçambique é uma possibilidade a ser considerada no ensino-aprendizagem do português em Moçambique.

O uso da norma-padrão do PE está associada ao prestígio e ao estatuto social alto, mas, no que se refere à pronúncia “afinada” do PE, os resultados levam à conclusão que a atitude é muito negativa, porque a pronúncia “afinada” do português está ou é associada à negação da moçambicanidade.

Os dados referentes à avaliação da competência linguística levam a intuir que, na prática pedagógica, o foco é a convergência com a norma-padrão do PE, consequência da não distinção dos conceitos de norma-padrão e norma culta, o que leva os informantes a avaliar negativamente a competência dos seus alunos, pois não entendem que os usos não convergentes com essa norma “importada” são inovações que simbolizam a natureza da língua, concebida pela sociolinguística como uma instituição social heterogênea – variação linguística.

## Referências

- BAKER, C. 2006. Psycho-Sociological Analysis in Language Policy. In: T. RICENTO, *An introduction to Language policy: theory and method*. Oxford, Blackwell, p. 210-228.
- BAKHITIN, M. 2002. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 200 p.
- BORTONI-RICARDO, S. 1992. Educação bidialectal – O que é? É possível? *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 7:54-65.
- DER WALT, J.; VAN ROOY, B. 2002. Towards a norm in South African Englishes. *Word Englishes*, 21(1):113-128. <https://doi.org/10.1111/1467-971X.00235>
- FARACO, C. A. 2008. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo, Parábola, 205 p.
- FIRMINO, G. 2005. A “questão linguística” na África pós-colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo, Texto Editores, 206 p.
- FIRMINO, G. [s.d.]. *A situação do português no contexto multilingue de Moçambique*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/171852232/Gregorio-Firmino-A-Situacao-Do-Portugues-Em-Mocambique>. Acesso em: 16/06/2012.
- GONÇALVES, P. 2000. Introdução. In: C. STROUD; P. GONÇALVES (orgs.), *Panorama do português oral de Maputo - Volume IV - Vocabulário básico do português (espaço, tempo e quantidade) – contextos e prática pedagógica. Cadernos de pesquisa*, 36. Maputo, Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, p. 5-24.
- GUY, G. 2000. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões da variação linguística. *Organon*, (28/29):17-32.
- LIKERT, R.A. 1932. *Technique for the measurement of attitudes*. New York, [s.n.], 55 p. (Archives of Psychology, n. 140).
- LUCCHESI, D. 2012. *A polarização sociolinguística do Brasil*. Salvador, BA. Tese apresentada ao concurso para docente do Magistério Superior – Professor Titular. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, 315 p.
- McGROARTY, M. 2001. Language attitudes, motivation and standards. In: H.N. HORNBERGER; L.S. MCKAY (eds.), *Sociolinguistics and language teaching*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 3-45.
- MOLLICA, M.C. 2004. Fundamentação teórica; conceituação e delimitação. In: M.C. MOLLICA; M.L. BRAGA (orgs.), *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2ª ed., São Paulo, Contexto, p. 9-14.
- MORENO, A.; TUZINE, A. 1997. Distribuição social de variáveis linguísticas no português oral de Maputo. In: C. STROUD; P. GONÇALVES (orgs.), *Panorama do português oral de Maputo. Vol. II*. Maputo, INDE, p. 68-89.
- VILELAS, J. 2009. *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa, Edições Sílabo, 399 p.
- ZIMMERMAN, C. 1997. Historical trends in second language vocabulary instruction. In: J. COADY; T. HUCKIN (eds.), *Second language vocabulary acquisition*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 5-19.

Submetido: 06/04/2016

Aceito: 24/04/2017

## Apêndice 1. Questionário.

Caro Professor (a),

Partindo do pressuposto que, na língua portuguesa, existem duas normas (português europeu (PE) e português brasileiro (PB)) reconhecidas internacionalmente e que existem outras normas em formação, entre as quais o português de Moçambique (PM), assinale com X o seu grau de concordância com as 21 declarações que se apresentam no quadro a seguir:

Nº	Declarações	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Sem opinião	Discordo
1.	Moçambique é um país multilingue.				
2.	O português é uma das línguas moçambicanas.				
3.	Existe um PB, mas não existe um PM.				
4.	Há diferenças entre o PM e o PE.				
5.	Na estrutura da frase, algumas construções tipicamente moçambicanas já estão bem consolidadas na fala.				
6.	Em Moçambique, os falantes com escolaridade superior completa usam a norma do PE só na escrita.				
7.	Os falantes de português em Moçambique comunicam sem dificuldade com os falantes do PE.				
8.	As maiores diferenças entre o PM e o PE estão no vocabulário e na pronúncia.				
9.	As construções tipicamente moçambicanas e já consolidadas na fala devem ser integradas no ensino.				
10.	Considerando as diferenças de pronúncia, vocabulário e estrutura da frase, pode-se afirmar que já existe um PM.				
11.	Em Moçambique, a norma do PE é a mais usada pelos falantes com escolaridade superior completa.				
12.	Na estrutura da frase, as diferenças entre o PM e o PE são poucas.				
13.	Considero as características gramaticais do PM plenamente aceitáveis.				
14.	Nos meios de comunicação (rádio e televisão) de Moçambique, o português que se usa afasta-se da norma do PE.				
15.	Nas escolas moçambicanas, os professores usam a norma do PE.				
16.	Considero o PM uma variedade distinta do PE e do PB.				
17.	Nas minhas atividades de ensino, uso a norma do PE.				
18.	Nas minhas atividades, fora da escola, raramente uso o PE.				
19.	Para comunicar é indiferente usar o PM ou o PE.				
20.	Uso a norma do PE em todas as situações.				
21.	A norma do PE deve ser adaptada ao contexto moçambicano.				



Nas declarações 22 e 23, assinale com X o grau de importância, sendo que 1 é não importante e 5 é muito importante:

Nº	Declarações	1	2	3	4	5
22.	Considero o uso da norma do PE na:					
23.	Considero a pronúncia “afinada” do português:					

Nas declarações 24 e 25, assinale com X o grau de competência, sendo que 1 é muito fraco e 5 é excelente:

Nº	Declarações	1	2	3	4	5
24.	Considero a minha competência na norma do PE:					
25.	Considero a competência (em média) dos meus estudantes na norma do PE:					

Muito obrigada!